

EU APOIO O PLANO DE CARREIRA

DA FUNAI



MARANHÃO MOBILIZADO



Ministra Sonia Guajajara assina compromisso de valorizar carreira e política indigenista

De Norte a Sul, servidores da Funai realizaram atos de mobilização que marcam essa quarta-feira, 19, Dia dos Povos Indígenas. A categoria se junta à campanha pela homologação das terras indígenas e defende a valorização dos trabalhadores da Funai. Para os servidores, retomar a política de demarcação e proteção das terras indígenas no Brasil é mais do que um compromisso de campanha direcionado aos povos indígenas: é uma obrigação do Estado brasileiro e caminho imprescindível para a democratização do poder político no país.

Nessa quarta, em cerimônia no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e a presidente da Funai, Joenia Wapichana, assinaram um termo de compromisso pela valorização da carreira e da política indigenista.

Hoje, Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas reiteram a urgência de promover a retomada dos serviços públicos, único caminho para que a tragédia humanitária vivenciada por diversos povos seja encerrada. O compromisso deve acompanhar o importante passo simbólico, dado pelo governo Lula, de re-

conhecimento da centralidade da questão indígena para o país, e reverberar na necessária estruturação da Funai e das condições de trabalho e de segurança de seus servidores.

A aprovação do Plano de Carreira da Funai, que se encontra em análise no MGI, é medida emergencial para conter o processo de sucateamento sem precedentes do órgão, para promover a recomposição da força de trabalho e a dignidade profissional dos trabalhadores

da instituição e, sobretudo, para reconstruir a política indigenista de Estado, que não se faz na precariedade.

Na atividade solene no MGI, servidores da Funai levaram faixas com dizeres em defesa da homologação das terras indígenas e em defesa da urgência da aprovação do plano de carreira indigenista. A categoria está mobilizada e seguirá na luta até que essas reivindicações sejam atendidas.

Fonte: Condsef

IMPOSTO DE RENDA 2023

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO
Filiado a CUT CONDEF FENADSEF

ATENDIMENTO*

Segunda à Sexta
08 às 12h e das 14 às 18h

* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Quarta-feira).



STF começa julgar a revisão da taxa de correção do FGTS

Os ministros do Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria de Luís Roberto Barroso, começam a julgar nesta quinta-feira (20), a ação que pede a revisão do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), durante os anos em que correção ficou abaixo da inflação.

Em julgamento está a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 5090, ajuizada, em 2014, pelo partido Solidariedade que contesta o uso da Taxa de Referência (TR) como o índice que corrige o saldo do FGTS.

Isto porque o rendimento do saldo é corrigido pela TR, e de 1991 a 2012 chegou a ser de menos de 1%, prejudicando os trabalhadores. A única correção foi de 3% ao ano de juros, índice garantido pelo Fundo, independente da TR

O julgamento no STF, será feito de forma presencial e serão ouvidos representantes de diversas entidades que se posicionarão a favor ou contra a revisão do saldo do FGTS, e não há data para a decisão final da Corte.

Como saber se você tem direito à correção do FGTS?

Acesse www.cut.org.br e veja a matéria completa

ALERTA GOLPE

f i t y
sindseparanhao

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no estado do Maranhão - SINDSEP/MA e o Escritório Macieira, Nunes, Zagallo & Advogados Associados alertam que servidores e pensionistas associados ao sindicato têm recebido telefonemas e mensagens de Whatsapp de pessoas que, embora não tenham qualquer vínculo com o sindicato, se apresentam como integrantes do escritório de advocacia responsável por ações coletivas ajuizadas e patrocinadas pela assessoria jurídica da entidade e que prometem valores que não condizem com a realidade, para persuadi-los a levar os documentos necessários para o ajuizamento das execuções ao escritório da advogada responsável pelos contatos, com escritório situado no bairro do São Francisco em São Luís-MA.

Além de cobrar valores exorbitantes de honorários advocatícios, a referida advogada tem pedido documentação mesmo de pessoas que já entraram com a execução, sujeitando-as ao risco de pagar honorários para a Fazenda Pública pelo ajuizamento de ações em duplicidade.

As providências cabíveis já estão sendo adotadas junto às instituições competentes para coibir a prática e para que os responsáveis sejam punidos.

Se você receber mensagem ou telefonema solicitando o fornecimento de documentos para a execução do processo 2007.37.00.006337-4, de GDATA do INCRA, ou de qualquer outro processo coletivo do SINDSEP/MA, entre imediatamente em contato com o sindicato ou com o escritório Macieira, Nunes, Zagallo & Advogados Associados pelo telefone/whatsapp (98) 98402-2303 ou vá presencialmente até a sede do escritório ou do sindicato para obter as informações corretas acerca da tramitação do processo e de eventuais pendências para o ajuizamento da execução.

Atenciosamente,

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Macieira, Nunes, Zagallo & Advogados Associados